

A FORMAÇÃO CONTINUADA DE PROFESSORES E AS TIC NA SOCIEDADE DA INFORMAÇÃO E COMUNICAÇÃO: ALGUMAS REFLEXÕES

CLAUDIA ESCALANTE MEDEIROS¹; MARIA DAS GRAÇAS GONÇALVES
PINTO²

¹*Universidade Federal de Pelotas – cacaescalante@gmail.com*

²*Universidade Federal de Pelotas – profgra@ufpel@gmail.com*

1. INTRODUÇÃO

Atualmente, vivenciamos um momento em que as TIC- Tecnologias da Informação e Comunicação integram o cotidiano das pessoas em todos os aspectos da vida, desde a troca de mensagens entre amigos, até as mais complexas operações comerciais ou as delicadas técnicas de cirurgia e diagnóstico de doenças. Este é o cenário característico da sociedade da informação e comunicação, cuja base de sua organização está centrada no domínio das TIC.

Dessa forma, saber utilizar e interagir com as TIC tornou-se tão importante, quanto foi um dia saber escrever. Estes fatos repercutiram nas escolas implicando em mudanças, requerendo novos processos de ensinar e de aprender, pois a cultura digital já está internalizada no cidadão do século XXI. Para tanto, o professor, a quem é atribuída a formação intelectual das crianças, jovens e adultos da sociedade globalizada, necessita receber formação contínua e permanente para que possa compreender as TIC, e dessa forma, transformar os processos de ensino e de aprendizagem, aproximando a escola à realidade vivenciada pelo aluno.

Neste sentido organizamos o presente resumo que é um recorte do projeto de tese, intitulado "A formação continuada de Professores por meio dos Núcleos de Tecnologia Educacional- NTE/RS: Ensinando com TIC na Sociedade da Informação e Comunicação" o qual investiga a formação continuada desenvolvida pelos NTEs no âmbito do estado do Rio Grande do Sul. Porém nesse resumo objetivamos apresentar uma breve revisão bibliográfica sobre as políticas públicas de formação continuada de professores em TIC, desencadeadas a partir da promulgação da LDB 9394/96, momento em que este tema começa a ganhar espaço no cenário educacional.

A preocupação com a formação continuada de professores em TIC também aparece em outros documentos, que foram promulgados após a publicação da LDB nº 9394/96, entre os quais se destacam: As Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, publicadas em 2002; o Plano de Desenvolvimento da Educação- PDE e nas Diretrizes do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, publicados em 2007, no Plano Nacional de Educação, Lei 13.005/2014, na Resolução nº 02 de 2015, que estabelece as Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação Inicial e Continuada de Professores. E mais recentemente na Resolução nº 2/2017 do Conselho Nacional de Educação-CNE que instituiu a Base Nacional Comum Curricular- BNCC e atribui a tecnologia grande relevância para inserção do cidadão na sociedade neste século XXI. Além disso, a BNCC também reconhece a necessidade da formação continuada de professores em TIC.

Além desses documentos, não podemos deixar de mencionar a influência dos organismos internacionais no direcionamento das políticas públicas de formação continuada no país a partir da década de 1990. Neste sentido merecem

destaque os documentos publicados pela UNESCO: Educação um tesouro a descobrir (DELORS, 1999) e o documento Padrões de Competências em TIC para Professores, publicado em 2009, só para citar alguns documentos publicados por este organismo que juntamente com o Banco Mundial vem influenciando diretamente os rumos das políticas e reformas educacionais implantadas no país.

2. METODOLOGIA

A presente investigação caracteriza-se como uma pesquisa de abordagem qualitativa, pois envolve a obtenção de dados descritivos (LÜDKE, 2012). Adequando-se ao objetivo proposto, foi realizada uma pesquisa bibliográfica tendo como base, fontes documentais compreendendo leis, decretos e portarias que buscam regulamentar as políticas públicas de formação continuada de professores. A fim de fundamentar as discussões aqui propostas a pesquisa documental foi complementada pelo levantamento bibliográfico em obras impressas ou disponibilizadas *on line*, compreendendo que abordam a temática em discussão. O material foi analisado por meio da análise descritiva e os resultados são apresentados a seguir.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

O governo brasileiro, diante da globalização, que se intensificou na década de 1990, e em sintonia com as recomendações dos Organismos internacionais, em especial Banco Mundial e a UNESCO, passou a articular ações e políticas públicas, capazes de gerar uma nova lógica organizacional a fim de atender aos anseios da sociedade. A partir da promulgação da LDB 9394/96, visando regulamentar e normatizar as mudanças por ela instituídas, uma série de documentos, ações e programas são desencadeados reforçando os debates em torno do tema Formação Continuada de Professores e também reconhecendo a necessidade desta formação preparar o professor para a inserção das TIC nos processos de ensino e de aprendizagem. Dentre os programas e ações desencadeadas com este objetivo destacamos o Programa ProInfo, lançado em 1997, e reformulado pelo Decreto nº 6300/2007 passando a chamar-se Programa Nacional de Tecnologia Educacional tendo por finalidades articular a instalação de ambientes tecnológicos nas escolas, a formação continuada dos professores e outros agentes educacionais para o uso pedagógico das TIC e a disponibilização de conteúdos e recursos educacionais multimídia e digitais, entre outros recursos disponibilizados por meio do Portal do Professor, da TV/DVD Escola.

Além do Programa ProInfo, outro programa também voltado para a formação continuada de professores em TIC foi o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio- PNEM, instituído pela Portaria nº 1140 de 22 de novembro de 2013, publicada no Diário Oficial pelo MEC, em 25 de novembro de 2013. O PNEM caracterizou-se como capacitação em serviço. A formação consistia em analisar e participar das discussões sobre o conteúdo digital disponibilizado através dos *tablets* distribuídos no ano anterior (2013) aos professores que atuavam no Ensino Médio. Ao ser instituído o PNEM articulava-se as recomendações das Diretrizes Curriculares Nacionais para o Ensino Médio, quanto ao fortalecimento do ensino médio e a valorização dos profissionais da educação.

Porém, embora estes programas tivessem uma abrangência em nível nacional, há pesquisas como a realizada pelo CETIC, 2016 que revelam dados

nada promissores quanto a formação continuada de professores em TIC. Nesta pesquisa foi verificado que os professores ainda não estão preparados para usufruir de todos os recursos possibilitados pelas TIC, tampouco, utilizá-las para desencadear os processos de ensino e de aprendizagem (CETIC, 2016). Tal fato pode comprovar que as ações de formação continuada em TIC desenvolvidas pelo programa ProInfo, não estão atendendo totalmente as demandas formativas dos professores. Entretanto, defendemos, como ZANDEVALLI e PEDROSA, (2014, p. 387) que: “As TICs, quando utilizadas com base em pressupostos teóricos claros e coerentes, mostram-se relevantes no campo educacional e podem proporcionar ao docente, novas ferramentas para sua prática pedagógica, o que requer, necessariamente, a formação dos professores”.

4. CONCLUSÕES

Os documentos publicados a partir da promulgação da LDB 9394/96 enfatizam a preocupação com a formação continuada de professores em TIC. Neste sentido podemos notar algumas ações nas políticas públicas com vistas a assegurar formação continuada aos professores que atuam na Educação Básica, porém, a tão esperada qualificação das práticas pedagógicas, principalmente no que se refere a apropriação das TIC ainda não foi alcançada de maneira significativa.

Face as demandas da sociedade globalizada, a relação com a tecnologia não deve limitar-se a sua utilização, mas alunos e professores necessitam perceberem-se como produtores de tecnologias, utilizando-as para enfrentar os desafios de sua vida pessoal, profissional e social (BRASIL, 2017).

Assim destacamos a relevância e urgência de se desenvolver programas e propostas de incentivo a formação continuada de professores, a fim de qualificá-los a apropriar-se das TIC, integrando-as em suas práticas pedagógicas, de forma consciente e responsável, contribuindo com a formação intelectual e ética do cidadão do século XXI.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BRASIL. Lei nº 9394, 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases da educação nacional. Diário Oficial, Brasília, v. 134, 1.248, 23 dez 1996, seção 1, p. 27833-27841.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP Nº 1, de 18 de Fevereiro de 2002 Institui Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena.

_____. Decreto nº 6094 de 24 de abril de 2007. Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução nº 02, de 01 de julho de 2015. Define as Diretrizes Curriculares Nacionais para a formação inicial em nível

superior (cursos de licenciatura, cursos de formação pedagógica para graduados e cursos de segunda licenciatura) e para a formação continuada.

_____. Decreto nº 6300 de 12 de dezembro de 2007. Dispõe sobre o Programa Nacional de Tecnologia- ProInfo. Diário Oficial da União, 13 de dezembro de 2007.

_____. Portaria nº 1.140 de 22 de novembro de 2013. Institui o Pacto Nacional pelo Fortalecimento do Ensino Médio e define suas diretrizes gerais, forma, condições e critérios para a concessão de bolsas de estudo e pesquisa no âmbito do ensino médio público, nas redes estaduais e distrital de educação. Diário Oficial da União, 25 de novembro de 2013.

_____. LEI Nº 13.005, 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação - PNE e dá outras providências. Diário Oficial da União, 26 de junho, 2014.

_____. Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CP nº 2, de 22 de dezembro de 2017. Institui e orienta a implantação da Base Nacional Comum Curricular, a ser respeitada obrigatoriamente ao longo das etapas e respectivas modalidades no âmbito da Educação Básica.

DELORS. Jacques. et al. **Educação: Um tesouro a descobrir**. Relatório para a Unesco da Comissão Internacional sobre a Educação para o século XXI. São Paulo: Cortez/Unesco, 1999.

LÜDKE, M. **Pesquisa em educação**: abordagens qualitativas. São Paulo: EPU, 2012.

Núcleo de Informação e coordenação do Ponto BR. **Educação e tecnologias no Brasil: um estudo de caso longitudinal sobre o uso das tecnologias de informação e comunicação em 12 escolas públicas** / São Paulo: Núcleo de Informação e coordenação do Ponto BR. Comitê Gestor da Internet no Brasil, 2016. Acesso em: 09 setembro 2017. Disponível em: <http://cetic.br/media/docs/publicacoes/2/TIC_EDU_2016_LivroEletronico.pdf>.

UNESCO. Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura. **Padrões e Competência em TIC para Professores: Diretrizes de implementação**. Título original: ICT competency standards for teachers: implementation guidelines. Paris, 2009a. Acesso em: 30 jul. 2019. Online. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>.

_____. **Padrões e Competência em TIC para Professores: Módulos de padrão de competência**. Título original: ICT competency standards for teachers: competency standards modules. Paris, 2009b. Acesso em: 30 jul. 2019. Online. Disponível em: <http://unesdoc.unesco.org>.

ZANDAVALLI, C. B.; PEDROSA, D. M. Implantação e implementação do Proinfo no município de Bataguassu, Mato Grosso do Sul: o olhar dos profissionais da educação. **Revista Brasileira de Estudos Pedagógicos**, Brasília, nº 240, p. 385-413, 2014. Acesso em março/2019. Disponível em: www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2176-66812014000200008.